

TERMO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL DE REGULAMENTAÇÃO DE
CONVIVÊNCIA COM A PESSOA IDOSA

Data da sessão extrajudicial:

Hora de Início: Hora de Término:

Local:

Objeto da demanda:

Origem:

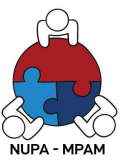
Participantes:

Mediador(a) Extrajudicial:

Aberta a presente sessão de mediação extrajudicial, compareceram neste ato os seguintes interessados (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG (n.º), inscrito(a) no CPF (n.º), residente e domiciliado(a) em (endereço), telefone (número), (e-mail), e (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG (n.º), inscrito(a) no CPF (n.º), residente e domiciliado(a) em (endereço), telefone (número), (e-mail).

A presente sessão de mediação extrajudicial tem por finalidade regulamentar o direito de convivência e divisão de cuidados relacionados ao aspecto mental, físico e material entre os filhos do(a) senhor(a) (nome), pessoa idosa com (idade) anos, em atenção à Notícia de Fato n.º (número).

Ressalta-se que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, nos termos do art. 230 da Constituição Federal Brasileira.



Nos mesmos termos, regulamenta os arts. 2º e 3º da Lei nº. 10.741/2003

(Estatuto da Pessoa Idosa):

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

DO ACORDO

Os interessados acima qualificados, de comum acordo, se comprometem a dividir os cuidados nos seguintes termos:

a) Dos cuidados relacionados ao aspecto mental:

b) Dos cuidados relacionados ao aspecto físico:

c) Dos cuidados relacionados ao aspecto material:

Os interessados manifestam ciência das implicações do acordo realizado e se comprometem ao seu fiel cumprimento em todos os seus termos a partir da data da presente assinatura.

O presente acordo extrajudicial realizou-se mediante a observância das disposições constantes no art. 3º, da Lei n.º 13.105/2015, art. 20, da Lei n.º 13.140/2015, art. 1º, parágrafo único e art. 10, ambos da Resolução n.º 118/2014, do Conselho Nacional do Ministério Público e será encaminhado à ___ª Promotoria



de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, para a adoção das providências entendidas como cabíveis.

(Cidade), (data).

Assinaturas:

Participantes:

Interessado 1

Interessado 2

Mediadora Extrajudicial:

Mediadora